



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 187 / MAIO-JUNHO 2018 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 **Erradicar a precariedade na Câmara Municipal de Lisboa**
- 8 **Cadernos Reivindicativos na CML...**
- 9 **É prioritário o investimento na melhoria do edificado do RSB!**
- 15 **Trabalhadores de norte a sul do país convergem para Lisboa a 9 de Junho!**
- 17 **Prostituição não é “trabalho”, é Exploração!**
- 20 **A “folga orçamental” para aumentar salários pode (não) chegar em 2019**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 187 — MAIO-JUNHO 2018

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

Abril e Maio foram meses de luta. Junho não será diferente considerando a ausência de respostas por parte do Governo às principais reivindicações dos trabalhadores, em especial da administração pública. Sobre salários e sua imprescindível valorização falamos após mais de 8 anos sem qualquer aumento. **Dia 9 de Junho**, saímos à rua e juntamo-nos à massa de trabalhadores, do sector privado e público que de norte a sul do país se irão deslocar para Lisboa respondendo ao apelo da CGTP-IN no que será certamente, uma extraordinária jornada de luta nacional. Calados e sossegados legitimamos um caminho que nos afronta nas nossas justas expectativas.

Na Câmara Municipal de Lisboa agravam-se os problemas com a falta de pessoal, como no caso da Limpeza Urbana. Reproduzem-se situações inadmissíveis que colocam em risco a saúde e integridade física dos trabalhadores, repetindo cenários já conhecidos mas em alguma medida ignorados pela Executiva, liderado por Fernando Medina. Vamos entrar no habitual período de férias e a tendência será para o exacerbar dos problemas e para o conseqüente escalar do descontentamento, mais do que entendível. Caberá ao Governo da cidade assumir medidas imediatas que respondam às carências há muito conhecidas. A luta está no horizonte, independentemente da forma a adoptar.

Contudo, não é só na Limpeza Urbana que se verifica carência de trabalhadores. Nas oficinas do DRMM, nos cemitérios, nos espaços verdes, nos edifícios, o problema persiste e sobrecarrega aqueles que são obrigados, no mais curto espaço de tempo possível, a fazer o trabalho implícito a duas e a três pessoas. O que dizer da própria DMRH que, perante tantos processos em mãos (de complexidade elevada), não consegue dar a devida resposta face às expectativas criadas no seio dos trabalhadores (?!)... tratar deve ser, assim, a palavra de ordem!

Destacamos por outro lado, o início do processo de regularização dos vínculos precários na autarquia através do PREVPAP. O STML fará parte da Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) e informará oportunamente dos trabalhos que neste organismo se irão desenvolver.

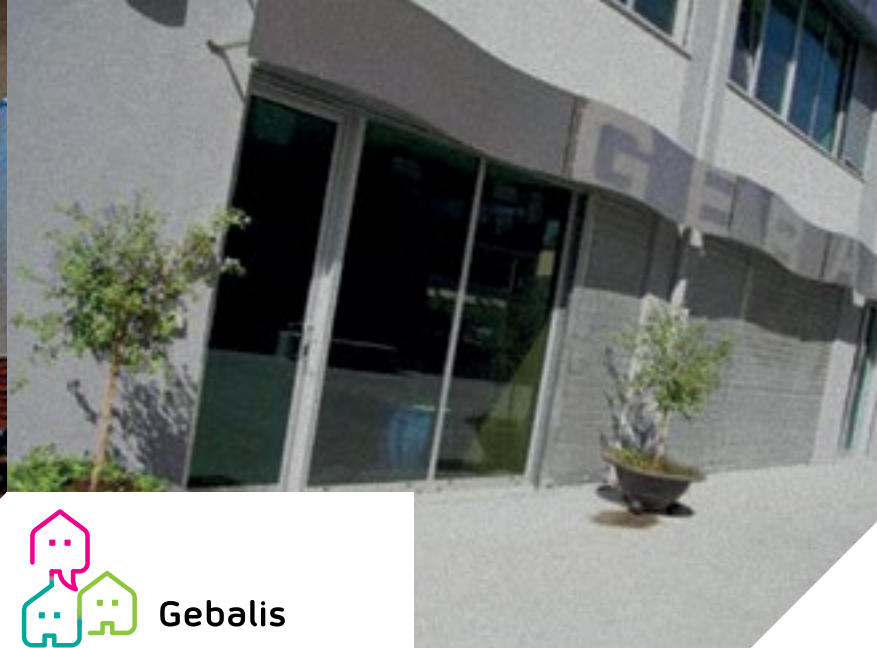
Nas Juntas de Freguesia processos idênticos decorrem, tendo apenas a JF do Parque das Nações assumido, até agora, a necessidade em constituir uma Comissão (CAB). Muitas já abriram concursos, outras tardam. Contudo, a chaga da precariedade não abranda, verificando-se a contratação de 'falsos recibos-verdes' para ocupar postos de trabalho permanentes. O STML irá intervir objectivando a denúncia destas práticas, exigindo simultaneamente a abertura de concursos com vista à integração de todos os trabalhadores que, ocupando um posto de trabalho permanente, tenham porém um vínculo precário. Nesta realidade, não descuramos a necessidade de rever e renegociar os ACEP's celebrados, procurando defender em toda a linha os interesses dos respectivos trabalhadores.

Nas empresas municipais, enfâse para a possibilidade de uma acção mais incisiva envolvendo os trabalhadores da EGEAC junto do seu CA, considerando o processo que se arrasta incompreensivelmente em torno da negociação salarial anual. Na GEBALIS, também se perspectiva caminho idêntico considerando as interpretações que ofendem as expectativas dos que nesta empresa trabalham.

Não desanimar perante cenários de aparente inevitabilidade, é condição indispensável se de facto queremos garantir os nossos direitos, sempre ambicionando ir mais longe! Um objectivo que apenas dependerá da nossa força e capacidade de luta, que se quer organizada e determinada.



 **EGEAC**



 **Gebalis**

Impreterível a abertura do processo de negociação salarial anual na EGEAC!

A tabela salarial da EGEAC não é actualizada desde 2009 face às imposições injustas e decorrentes dos sucessivos Orçamentos do Estado de natureza austeritária aprovados pelos anteriores Governos. Esta situação foi finalmente invertida na actual legislatura.

Tendo isto em conta e na sequência dos plenários realizados em todos os locais de trabalho em Novembro último pelo STML, foi aprovada pelos trabalhadores a proposta em termos quantitativos e percentuais, de actualizações salariais para 2018, concretamente pelo aumento de 4% para todos os níveis e respectivos escalões a partir do escalão 3 do nível 8, inclusive, e contemplando o aumento de 60€ para todos os níveis e respectivos escalões do nível 1 ao escalão 2 do nível 8, inclusive.

Neste sentido, e de acordo com o disposto no nº 2 – cláusula 27 do Acordo de Empresa (AE celebrado a 08/10/2009), o STML enviou um ofício ao CA da EGEAC com a proposta aprovada pelos trabalhadores, solicitando o agendamento de uma reunião para dar início do processo de discussão e negociação dos aumentos salariais para o corrente ano.

Na ausência de resposta, o Sindicato (a 12 de Março de 2018) reforçou a necessidade urgente em reunir. No dia 15 do mesmo mês, o CA da empresa, respondendo finalmente ao STML, aponta para depois da publicação do Decreto-lei de Execução Orçamental (DLEO) a concretização da referida reunião.

O STML considera, contudo, que a justificação apresentada não é impeditiva de iniciar um processo negocial que neste momento já leva cinco meses de atraso (?!). Face à ausência de resposta do CA, o STML prepara a convocação de um **plenário geral** ainda durante o mês de Maio onde se avaliem, com os respectivos trabalhadores, as formas de luta mais adequadas no objectivo de defender as suas legítimas expectativas.

Por último, uma 'nota' sobre o famigerado processo envolvendo a concessão do Maria Matos Teatro Municipal. Persistem sérias dúvidas sobre as condições que estão a ser equacionadas no Teatro Luís de Camões, desconhecendo-se o 'formato' da equipa que aqui se pretende reafectar. Nada se sabe igualmente sobre o *como, quando e para quem*, aumentando as incertezas em torno deste processo. Dúvidas que duplicam no caso do Teatro do Bairro Alto.

O barco começa a meter água logo na sua fase inicial, sublinhando com uma força crescente o erro crasso que o Executivo Municipal e CA assumiram com a decisão da privatização camuflada do MMTM, de uma natureza ignóbil, ilegítima e prejudicial para todos – trabalhadores, munícipes, agentes culturais e própria cidade, exceptuando obviamente quem ganhe o "concurso de arrendamento" de um espaço público ímpar por uns simbólicos 3 mil euros/mês... nada como explorar à conta do erário público, garantia certa para grandes lucros. O STML não deixará de denunciar e combater estas opções políticas, pelo tempo que for necessário.

STML mantém vigilância e exige à GEBALIS o cumprimento integral do AE

Apesar do Acordo de Empresa (AE) da Gebalis ter reparado muitas injustiças praticadas pelas suas diversas administrações, há danos causados aos trabalhadores que persistem. O STML não pode consentir que o AE seja utilizado para a sua manutenção, tratamento desigual e privilégios de alguns escolhidos.

A GEBALIS tem vindo a ser construída graças ao esforço daqueles que trabalham, muitas vezes em condições adversas e precárias, em prol dos residentes dos bairros sociais de Lisboa.

Como acontece em todo o sector empresarial público sem contratação colectiva, os trabalhadores foram duplamente penalizados nos últimos anos. Por um lado, pela imposição de cortes e restrições através do Orçamento do Estado e, por outro, pelas alterações castradoras operadas no Código de Trabalho.

A união dos trabalhadores da GEBALIS conduziu à assinatura do AE. Temos, porém, de estar atentos e exigir que o mesmo seja implementado nos termos acordados.

Após uma série de reclamações apresentadas por trabalhadores, STML e STAL enviaram em Março à administração da empresa, um parecer jurídico onde manifestam a sua total discordância sobre a forma como está a ser feita a integração na tabela salarial e como a antiguidade está a ser aplicada. O AE estabelece, muito claramente, que são de três em três anos e não os quatro anos que estão a ser, erradamente, contabilizados. Realizaram-se, entretanto, duas reuniões com o CA da empresa, tendo este demonstrado capacidade de diálogo e alguma vontade em regularizar a situação.

Em Maio, a luta reivindicativa na GEBALIS passou também pela visita de Dirigentes e Delegados Sindicais do STML a oito locais de trabalho, no âmbito da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho (SSHT). Foram então realizadas as seguintes deslocações técnicas:

Aos **Gabinetes de Bairro dos Olivais e Casal dos Machados** pela iminente fusão de equipas e competências. Ao **Suporte Residencial** face à mudança para a Quinta das Laranjeiras. Ao **Gabinete de Bairro do Vale de Alcântara** devido ao sentimento de insegurança dos trabalhadores que exercem a sua actividade numa zona onde a criminalidade é elevada. Ao posto de trabalho do **Vigilante do B12**. À **Sede provisória no Condado** para controlo das condições de trabalho. Aos **Gabinetes de Bairro da Horta Nova e Padre Cruz**, pelos constrangimentos registados na sequência do adiamento da fusão de equipas e competências.

O objectivo destas visitas é conhecer os locais de trabalho, registar as situações irregulares e exigir a sua célere resolução. Todos os profissionais têm direito a condições de trabalho que respeitem a sua segurança e saúde, devendo as mesmas estar asseguradas pelo empregador.



PREVPAP

Programa de Regularização Extraordinária
dos Vínculos Precários na Administração Pública

Erradicar a precariedade na Câmara Municipal de Lisboa

O Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) já deu o seu passo inicial na Câmara Municipal de Lisboa.

A 28 de Março foi aprovada em Reunião de Câmara a constituição da *Comissão de Avaliação Bipartida (CAB)*, integrando representantes da autarquia e das estruturas sindicais. A CAB é constituída por seis (6) elementos efectivos da CML e cinco efectivos (5) dos vários sindicatos. Somam-se igual número de suplentes, de um lado e do outro. Dos sindicatos presentes, três são da UGT (STE, SINTAP e SNBP) e dois são da CGTP-IN (STML e STAL).

Relembramos que na realidade da CML, o STML é o sindicato mais representativo, agregando perto de 90% dos trabalhadores sindicalizados.

Reproduz-se, em suma, o que a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) afirmava e criticava, nomeadamente o desequilíbrio na 'relação de poderes sentados à mesa' quando este modelo foi inicialmente apresentado e aplicado na administração central. Contudo, sem querer retirar qualquer tipo de conclusão de um processo que apenas a 17 de Maio terá a sua primeira reunião, achamos bastante dúbia, não a constituição mas a composição desta CAB.

À margem das 'regras e opções' que num passado recente sempre motivou interesses que não os dos trabalhadores, os mesmos que agora procuram ter a sua vida estabilizada através da celebração de um *contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado*, o STML tem enviado para CML/DMRH todos os requerimentos que procuram identificar postos de trabalho permanentes ocupados, porém, por trabalhadores com um vínculo precário. Até 30 de Abril foram enviados para a CML, cerca de 20 requerimentos.

Sabemos que a CML apresentou à DGAL (até 31 de Outubro de 2017) uma listagem com 165 casos, resultado do processo de 'autoregisto de interessados'. Refere a DMRH que deste universo, apenas cerca de 50% poderão reunir as condições exigidas à sua integração no Mapa de Pessoal através do concurso limitado que a CML terá que abrir. Situações que obviamente deverão merecer uma avaliação mais fina na CAB.

O STML tem ainda conhecimento de outros casos, não considerados em 2017, que agora poderão aumentar o número real de trabalhadores com vínculo precário, mercedores, também eles, de análise no espaço institucional entretanto criado para o efeito (CAB).

O STML informará oportunamente dos desenvolvimentos no seio da CAB, não deixando de denunciar e combater qualquer situação que não se coadune com a pretensa vontade política em combater a precariedade. Recorde-se, uma 'vontade' só possível com a luta de trabalhadores e sindicatos, permitindo em grande medida a construção de legislação própria nesse sentido.

Todavia, do 'espírito' da lei à sua efectiva materialização e consequência, inúmeros obstáculos têm sido criados por muitos daqueles que afirmam querer erradicar a precariedade na administração pública. Esperemos que na CML o 'espírito' seja outro...

O STML compromete-se a intervir tendo como referência incontornável a defesa dos trabalhadores com vínculo precário que ao longo de vários anos desempenharam funções regulares, sujeitos a uma hierarquia e a um horário de trabalho definido, ocupando assim o que se considera por um posto de trabalho permanente.

arquivo municipal de lisboa



Arquivo Municipal de Lisboa – STML visita o Alto da Eira

Dando continuidade ao processo iniciado em Dezembro com os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, realizou-se no passado dia 3 de Maio uma visita às instalações do Alto da Eira.

Na avaliação do espaço que albergará, a partir de setembro, algumas das valências do actual Arquivo situado no Bairro da Liberdade, fizeram parte, para além do STML, uma delegação de trabalhadores convidados pelo Sindicato, Representantes dos Trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho (RdT's) e outras estruturas sindicais. Da CML marcaram presença o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças e a Vereadora da Cultura, além das chefias do DMRH, DSHS, DMC, DAOSM, DGMEAS, DEMIEM, entre outras.

Afirmado pela CML o investimento e a recuperação deste espaço, que tantas más memórias nos deixou, sublinhando a parceria com o INSA - Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge que fará a análise da exposição dos trabalhadores a agentes químicos, físicos e biológicos, salvaguardando todas as garantias necessárias à futura ocupação do edifício e, principalmente acautelando a saúde e segurança de todos os trabalhadores que aqui serão realocados.

Do que foi possível averiguar, tendo em conta inclusive as muitas explicações técnicas que nos foram sendo transmitidas ao longo desta visita, persistem algumas dúvidas sobre as instalações eléctricas e tubagens visíveis a olho nu, passíveis também de acumular maiores quantidades de pó, pequenas infiltrações no chão dos pisos superiores, os maus cheiros decorrente do saneamento que nos pisos inferiores não parece estar ainda resolvido, para além do acesso e climatização do depósito (onde ficará localizado o arquivo físico), espaço que no inverno poderá revelar temperaturas desagradáveis para quem aí se tenha que deslocar.

Exemplos que nos suscitam incertezas e interrogações, mantendo todavia a expectativa que até Setembro sejam devidamente corrigidos e solucionados, permitindo no tempo equacionado a instalação harmonizada e sem sobressaltos dos respetivos trabalhadores.

À margem deste processo, mas sempre interrelacionado com o mesmo, o STML relembra os compromissos assumidos pela CML, em momentos distintos, através da Vereadora Catarina Vaz Pinto e João Paulo Saraiva, nomeadamente os que passam pela recuperação ou construção de um novo edifício que congregue todas as valências do Arquivo Municipal de Lisboa, dignificando a cidade e os seus habitantes, a sua História e os trabalhadores que a conservam e a disponibilizam a todos que a queiram conhecer e estudar.

Esperemos que o vento não conduza as palavras e os compromissos assumidos pelo Governo da cidade para uma memória esquecida. O STML e os trabalhadores cá estarão para lembrar o que há muito é uma necessidade e uma reivindicação central de uma das cidades mais importantes do continente europeu.

STML reúne com os trabalhadores-fiscais da CML

Realizou-se no dia 16 de Abril no Edifício Municipal do Campo Grande, um plenário com os trabalhadores afectos às carreiras especiais de fiscalização. Tendo como ordem de trabalhos a situação destas carreiras e a possibilidade da abertura de concursos de promoção.

A Lei do Orçamento do Estado/2018, permite a progressão e a promoção aos trabalhadores afectos às carreiras especiais e não revistas da Administração Pública (AP), como no caso das carreiras de fiscalização. Assim sendo, é possível aos organismos abrirem os respectivos procedimentos concursais conforme previsto no artigo 4º, do Decreto-Lei nº 412-A/98.

Foi decidido no plenário requerer à CML a abertura dos concursos de promoção para os trabalhadores destas carreiras. Neste momento está a prosseguir a recolha de assinaturas para sustentar este requerimento. Entretanto, o STML já manifestou à CML/DMRH a necessidade da abertura destes procedimentos.

Em relação à situação destas carreiras, no momento em que o plenário foi realizado, a informação que o STML possuía e que tinha sido transmitida pelo Governo na reunião com a FCSAP, era a da extinção destas carreiras, com a integração dos trabalhadores nas carreiras gerais, de Assistente Técnico e de Assistente Operacional.

Logo nessa reunião, a FCSAP opôs-se firmemente a esta solução e a contínua destruição de carreiras na AP, justificando a necessidade destas carreiras se manterem especiais. Perante estes argumentos o Governo propôs que a posição fosse fundamentada, o que fizemos tendo enviado um documento em que demonstramos a especificidade dos conteúdos funcionais e a formação exigida a estes trabalhadores, entre outros argumentos.

Neste momento já houve uma alteração por parte do Governo, vindo ao encontro da posição da FCSAP, abandonando a intenção por extinção estas carreiras. Ficou também por apresentar uma proposta de revisão. Quando tal suceder, o STML discutirá a contraproposta a apresentar com os trabalhadores do Município de Lisboa.

Temos neste sentido, todas as condições para continuar a reivindicar a abertura dos concursos de promoção para os trabalhadores pertencentes a estas carreiras. Quando estiver terminada a recolha das assinaturas acima referido, procederemos à sua entrega, na forma que os trabalhadores decidirem.



STML reúne com a Direcção Municipal da Estrutura Verde, do Ambiente e Energia (DMEVAE)

No passado dia 10 de Abril o STML reuniu com o Director Municipal da DMEVAE, estando também presente a Chefe da Divisão de Gestão Cemiterial (DGC). Vários foram os assuntos debatidos, nomeadamente:

Instalações e condições de trabalho

1. Face aos problemas existentes nos sete cemitérios, fomos informados do plano geral de intervenções previstas sucederem durante o actual mandato (até 2021). Consideram-se prioritários os cemitérios de Benfica e Carnide.
2. No primeiro caso perspectiva-se construir de raiz um novo edificado, ao qual se conjugará a instalação de uma nova rede eléctrica (a concluir apenas em 2019). A DMPO tem neste momento o projecto a seu cargo, tendo que ser articulado com a EDP a questão eléctrica.
3. Em Carnide, a recuperação e activação do refeitório e a instalação de um sistema AVAC (face aos problemas de climatização) são assuntos prioritários.
4. Em termos gerais, já envolvendo todos os cemitérios, estão equacionadas um conjunto de intervenções (envolvendo os edifícios dos administrativos, espaços de refeições e de lazer, balneários, fornos) a vários níveis que procuram melhorar as actuais condições de trabalho, mas também melhorar a acessibilidade e um melhor serviço público para e junto dos munícipes.

Fardamentos, Equipamentos de Protecção Individual e Formação

1. Referem terem, em 2017, distribuído por todos os trabalhadores os vários itens nestas duas dimensões. Contudo, o STML referiu existirem problemas (de qualidade deficitária) com as botas ou os fatos de água, matérias que irão avaliar procurando as melhores soluções.
2. Sobre os materiais imprescindíveis à saúde e segurança dos trabalhadores, concretamente de máscaras próprias (obrigatórios em determinadas tarefas pelos materiais e gases tóxicos), observam algumas limitações, mas assumem a necessidade de estabilizar a formação nesta área responsabilizando também os próprios trabalhadores da importância do seu uso.

3. Referem que irão envolver o DSHS e os RdT's sobre os futuros processos de aquisição, sensibilização e formação neste campo.
4. A DGC assumiu que tem em perspectiva um plano de formação próprio objectivando a operacionalização das novas máquinas.

Equipamentos mecânicos

1. Referem terem adquirido quatro elevadores de urnas, estando neste momento operacionais apenas dois (um no Alto de São João e outro em Benfica). Aguardam a recepção de mais equipamentos deste tipo.
2. Esperam adquirir mais um guincho móvel (neste momento só existe um para todos os cemitérios) que facilite o acesso dos trabalhadores-coveiros às urnas.

Reforço do número de trabalhadores

1. O STML alertou para a necessidade de alargarem o número de vagas existentes nas várias categorias e carreiras, destacando a categoria de coveiro. Fomos informados que este trabalho está a ser feito junto da DMRH.
2. Informaram ainda que irão esgotar a reserva de recrutamento do concurso concluído em 2017. Haverá um reforço de 6 trabalhadores, número claramente insuficiente, motivo pelo qual se justifica a abertura, segundo o Sindicato, de um novo concurso para assistente operacional-coveiro, sempre com reserva de recrutamento (nos próximos dois anos aposentar-se-ão cerca de 10 trabalhadores).
3. Concordando com o STML, apontam a necessidade de abertura de concurso de promoção para Encarregados. Para o STML deverá existir um encarregado por cemitério. Em Benfica e no Alto de São João justificam-se pelo menos dois. Deverá igualmente existir um ou mais encarregados para os crematórios.

Outras questões

Há disponibilidade para manter e/ou reabrir os refeitórios dos Olivais e do Carnide (este último dependente da contratação de trabalhadores-cozinheiros).

STML reúne com a Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH)

A 17 de Abril, o STML reuniu com a DMRH onde se debateram um conjunto de processos em curso, nomeadamente sobre a informação dos pontos atribuídos ao abrigo do SIADAP e o descongelamento das progressões na carreira; pagamento dos retroactivos do complemento nocturno em período de férias; mobilidades intercategorias e intercarreiras; abertura de concursos e concursos de promoção, além da regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP).

1. SIADAP e descongelamento das progressões na carreira

Fomos informados que praticamente todos os trabalhadores receberam, com o recibo de vencimento de Março, a ficha com o número de pontos atribuídos ao abrigo do SIADAP. Para os casos em falta, o referido ofício será enviado em breve. A avaliação relativa ao biénio 2015/2016 está por concluir face ao processo da homologação dos “excelentes” atribuídos. Perspectivam neste sentido que até fins de Junho, todos os trabalhadores com 10 pontos, no mínimo, tenham a respectiva progressão. Neste momento foram já resolvidas 3.013 casos de um total que rondará os 4 mil. Todos terão direito aos retroactivos a 1 de Janeiro de 2018. Avaliam também os vários pedidos de ponderação curricular, sem, contudo, referir prazos para as respectivas respostas. Alertados por trabalhadores e sindicato, irão corrigir os erros entretanto identificados.

2. Pagamento da primeira tranche dos retroactivos aos trabalhadores da Higiene Urbana (complemento nocturno em período de férias)

Face ao processo de luta desencadeado em Dezembro último, e considerando os compromissos assumidos pela CML em pagar durante o mês de Março a primeira tranche dos retroactivos relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017, apresentou o STML um conjunto de situações onde surgem ambiguidades nas verbas pagas aos trabalhadores. Ficou a DMRH de analisar os vários casos, corrigindo os erros identificados. O valor dos retroactivos pagos no mês passado tem como base o número de dias de férias goza-

dos efectivamente (em cada ano) pelos trabalhadores.

No âmbito do pagamento da segunda tranche, relativa aos anos de 2013 e 2014, envolvendo um número considerável de trabalhadores actualmente nas Juntas de Freguesia, equaciona a DMRH solicitar a cada Junta o NIB actualizado dos trabalhadores envolvidos, para posterior transferência das verbas devidas. Relembramos que este pagamento deverá suceder até Março de 2019, avaliando-se oportunamente a possibilidade da sua antecipação para Dezembro do corrente ano.

3. Pedidos de mobilidade

Os processos de novos pedidos de mobilidade (251 em 31 processos) estão a decorrer dentro dos prazos normais. Alguns procedimentos estão já para despacho do respectivo Vereador, enquanto outros aguardam as informações solicitadas aos requerentes no sentido de obter a melhor fundamentação possível face ao pedido efectuado. Processo que depois de completo, será avaliado pelo júri respectivo. Referem que até fim de 2018, todas as mobilidades consideradas, estarão concluídas dentro dos critérios pré-estabelecidos.

4. Abertura de concursos públicos de ingresso

Referem que até Agosto irão proceder à abertura dos 19 concursos já deliberados em Reunião de Câmara no último trimestre de 2017. Em relação a um novo concurso de cantoneiro, avançam com o início de 2019 para a sua concretização.

5. Concursos de promoção nas carreiras não revistas

Informaram que até ao final de Maio irão proceder ao levantamento dos trabalhadores das carreiras de informática em condições de participar nestes concursos. O STML reivindicou procedimento semelhante para as carreiras de fiscalização.

6. Regularização dos vínculos precários (PREVPAP)

Aprovada em reunião de Câmara a constituição de uma Comissão (CAB), da qual o STML fará parte, prevê-se para 17 de Maio a primeira reunião.



Cadernos Reivindicativos na CML...

O STML tem desenvolvido nos últimos meses a elaboração dos cadernos reivindicativos de vários sectores profissionais da CML. Em Setembro foi entregue ao Executivo Municipal o caderno reivindicativo da Limpeza Urbana, seguindo-se, em Dezembro, o dos Espaços Verdes. Neste momento debate-se com os delegados sindicais e os trabalhadores das oficinas de manutenção e reparação mecânica. Também se procede a um primeiro levantamento dos problemas que afectam os trabalhadores dos cemitérios.

São vários os objectivos destes cadernos reivindicativos. Actualizar a informação sobre determinada realidade profissional, conhecer os problemas que afectam os trabalhadores que, directa ou indirectamente influem na qualidade do serviço público que prestam à população e cidade de Lisboa, mas também avançar com soluções que respondam às suas expectativas e interesses.

Trata-se igualmente de um instrumento de sensibilização e mobilização dos trabalhadores para os processos de luta que sejam necessários assumir, visando a obtenção das respostas que o *Caderno Reivindicativo* exige, algumas mais urgentes do que outras como todos sabemos.

Na Limpeza Urbana os problemas são mais do que muitos, destacando-se pela sua importância maior, a carência de pessoal em várias categorias. É a falta de trabalhadores que justifica o profundo mau estar que actualmente se constata e a ineficiência do próprio serviço (todas as noites existem circuitos que não são feitos na sua totalidade, ou simplesmente são deixados por fazer). Assunto que motivou inclusive o Sindicato a solicitar uma reunião de carácter urgente ao Vice-presidente da autarquia (realizada a 10 de Maio), responsável pela Higiene Urbana. Outros problemas existem, cuja resolução não poderá ficar eter-

namente nas palavras bem-intencionadas dos actuais responsáveis da Câmara. É urgente assumir decisões com efeitos imediatos e consequentes que melhorem a vida de quem trabalha. Indispensável neste sentido, a unidade, confiança e determinação dos trabalhadores em avançarem com todas as formas de luta que se considerem necessárias.

Nos Espaços Verdes, alterações na ordem hierárquica municipal têm atrasado a discussão pormenorizada sobre os problemas discriminados no Caderno Reivindicativo entregue em fins de 2017. Do 'plano' mais geral que o Executivo prevê implementar até ao término do mandato (já informado pelo Vereador Sá Fernandes e pelo Director Municipal), aos problemas que afectam diariamente os trabalhadores-jardineiros, muito há ainda por fazer e resolver.

Nas oficinas do DRMM o processo avança com envolvimento dos trabalhadores, matéria indispensável na construção do caderno reivindicativo, assumindo-se a sua conclusão oportunamente, momento em que se avaliará a forma de entrega ao Presidente da CML.

Nos cemitérios identificam-se os problemas específicos a cada local de trabalho (sete cemitérios). Alinhavadas, todavia, um conjunto de questões envolvendo a falta de pessoal, equipamentos mecânicos e deficiências a nível de condições de trabalho, inclusive já debatidos na reunião com a Direcção Municipal (DMEVAE) a 10 de Abril.

O STML não deixará de criar condições para que os trabalhadores de outros sectores profissionais tenham em vista a elaboração do seu *Caderno Reivindicativo*, instrumento de proposta mas também de luta.



É prioritário o investimento na melhoria do edificado do RSB!

Num momento em que a CML se pronuncia sobre os Quartéis do RSB, anunciando-se a vontade em construir um novo edificado na zona oriental da cidade, será pertinente lembrar os conteúdos descritos no *Caderno Reivindicativo* que o STML entregará brevemente ao Presidente da CML sobre os 12 equipamentos que actualmente são parte indispensável e inalienável do Regimento, necessitando, é certo, intervenções a vários níveis.

Nos Quartéis da Av^a. D. Carlos I, Graça, Praça da Alegria (a substituir pelo do Martim Moniz), Av^a. Defensor de Chaves, Alvalade, Encarnação, Marvila, Santo Amaro, Monsanto, Benfica, também na Escola e Central do RSB, muitos são os problemas apontados, apesar do nível de complexidade e gravidade serem distintos de edificado para edificado.

O mau estado de conservação, ausência de estrutura que ofereça a melhor funcionalidade possível, em termos operacionais e logísticos, inexistência de resistência anti-sísmica, inadequação ou falta de espaço para as actividades diárias dos bombeiros, lugares de estacionamento insuficientes e operacionalização limitada envolvendo as viaturas do RSB, carências várias que desrespeitam as condições de saúde e segurança no trabalho, determinadas inclusive por lei, são debilidades observadas em vários quartéis às quais o actual Governo político da cidade não pode desvalorizar. É o socorro e a capacidade de segurança da cidade e da população que estão em causa.

O que se exige é um investimento adequado, obrigatoriamente profundo face aos problemas identificados, fornecendo paralelamente respostas cabais às reivindicações dos trabalhadores-bombeiros. Serão estas as linhas gerais, em relação ao edifica-

do, que irão marcar a intervenção do STML junto do Presidente da autarquia quando for agendada a reunião visando a entrega do *Caderno Reivindicativo* supra referido.

Outros assuntos merecerão da nossa parte uma atenção especial, como a recruta e o seu planeamento atempado, salvaguardando por esta via o número de efectivos necessários ao socorro; a definição e o respeito pelo perfil profissional, a missão de formação, direccionada e essencial da Escola de Sapadores Bombeiros de Lisboa; a existência de refeitórios que de facto respondam às necessidades diárias; o serviço de ambulâncias e o funcionamento dos serviços de apoio como as oficinas, actualmente muito aquém do que é exigido; a valorização e dignificação do Museu; ou, face às carências conhecidas, a aquisição de viaturas de várias tipicidades e com vários fins, processo ao qual deverá estar associado um exigente plano de formação.

São muitos e complexos os assuntos que carecem de resolução, resultado de décadas de desinvestimento e desatenção de que o RSB e os seus profissionais foram alvo respectivamente. Urge nesta medida, assumir compromissos sérios que de uma vez por todas coloquem o bem-estar e segurança dos lisboetas na primeira linha, objectivo que não pode ser encarado verdadeiramente se não se criarem as melhores condições de trabalho para os profissionais do Regimento, defendendo os seus direitos e interesses, respondendo positivamente às suas expectativas.

O STML esteve, está e estará sempre ao lado dos Bombeiros Sapadores, defendendo pela sua relação umbilical, os interesses da população e da cidade de Lisboa!



STML reúne com a Direção Municipal da Higiene Urbana (DMHU)

A 19 de Abril o STML reuniu com o Director Municipal da DMHU. Igualmente presentes todas as Chefias da respectiva orgânica, nomeadamente, do Departamento de Higiene Urbana (DHU) e Divisão de Limpeza Urbana (DLU), do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM), Divisão de Gestão de Frota (DGF) e Divisão de Manutenção da Frota (DMF). Relembramos os principais assuntos debatidos.

I. Comunicação entre as Oficinas do DRMM e o NOR (Garagem de Remoção dos Olivais 3)

Informou a Directora do DRMM que iniciaram a implementação de um conjunto de procedimentos com vista à superação das inúmeras falhas apontadas pelo STML, uma realidade que nos últimos meses tem criado problemas sistemáticos no campo da qualidade e quantidade de viaturas disponíveis à remoção. Paralelamente, assumem que será necessário uma formação e sensibilização junto dos trabalhadores sobre os mecanismos que procuram executar permitindo, de forma coerente e conseqüente, melhorar a comunicação entre estes dois sectores, fundamental à prestação de um serviço público de qualidade e garantindo, acima de tudo, a segurança de cantoneiros e condutores. Foi também comunicado que todos os problemas com o IMT (emissão da documentação obrigatória à circulação de viaturas na via pública) foram ultrapassados e, portanto, resolvidos.

II. Carência de trabalhadores na Limpeza Urbana

É aceite consensualmente entre a DMHU e o STML a enorme falta de pessoal em todas as categorias operacionais, nomeadamente a nível de cantoneiros, condutores (CMPVE) e encarregados. Caberá exclusivamente ao Executivo a sua resolução, assumindo politicamente a necessidade por abrir concursos de admissão.

A DMHU tem vindo a identificar os trabalhadores que, ocupando vagas de cantoneiro no Mapa de Pessoal, não desempenham efectivamente esta função. O objectivo passa por libertar vagas que venham a ser ocupadas face às carências identificadas. Estão até agora identificadas mais de 90 pessoas que, apesar de estarem no Mapa de Pessoal como cantoneiro, estão afectos a outros serviços municipais. Acrescem todos os casos em que as condições físicas ou psíquicas (estando os trabalhadores a desempenhar trabalhos de acordo com as suas respectivas incapaci-

dades), diminuem o número real de operacionais efectivamente ao serviço da remoção.

Neste sentido, a abertura do concurso de cantoneiro assumido pelo Executivo com o STML para 2018 (na acta celebrada em Agosto/17) é uma matéria à qual urge corresponder séria e urgentemente. O mesmo se pode referir ao concurso para CMPVE.

III. Redefinição e criação de novos circuitos

O STML e os trabalhadores têm alertado sistematicamente para a necessidade de serem ouvidos previamente sobre as alterações que se verificam nos circuitos, ou mesmo na criação de novos. Porém, esta prática não foi ainda materializada pela hierarquia municipal o que acaba por provocar transtornos desnecessários junto dos trabalhadores. A resposta terá que passar impreterivelmente por uma estreita articulação, de maior proximidade e acompanhamento permanente, entre os técnicos que os elaboram e o Sindicato.

Outras questões importadas pelo STML

- Persiste o problema com o mau funcionamento do piquete, principalmente ao domingo. Acresce a ausência de um encarregado. Situação que a DMHU irá reanalisar, apesar de ser já uma questão várias vezes referida pelo Sindicato.
- Há necessidade em distribuir por todas as zonas os vários tipos de luvas (de inverno e verão) que os cantoneiros devem utilizar no trabalho que realizam diariamente, evitando por esta via a ineficácia que neste momento se verifica na sua atribuição.
- Mantendo-se o problema da existência de baratas nas Garagens dos Olivais 3, a DMHU irá tentar aplicar o mesmo plano de desbaratização (bem-sucedido) que realizou no Posto de Limpeza da Boavista.

A DMHU tem contactado com alguma frequência os responsáveis da Valorsul sobre as más condições de higiene e segurança das suas instalações. O STML lembrou que este problema se mantém, apesar de reconhecer os esforços à sua resolução. O STML continuará a acompanhar os problemas dos trabalhadores da Limpeza Urbana exigindo a sua resolução o mais célere possível, não desvalorizando a assumpção de todas as formas de luta necessárias à perseguição deste objectivo.



STML debate com o Vice-Presidente da CML a falta de pessoal na Higiene Urbana

A 10 de Maio, a pedido urgente do Sindicato, foi possível reunir com o Vice-presidente da autarquia, Duarte Cordeiro, e com o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, João Paulo Sarai-va. Também presente o Director Municipal da DMRH.

A questão principal debatida foi a necessidade urgente de contratar pessoal para a Higiene Urbana, nomeadamente cantoneiros, condutores e encarregados. Ao sindicato foi comunicado que em Junho será submetida a reunião de câmara a abertura de um novo concurso de cantoneiro, sendo o mesmo publicitado oficialmente em Julho. Já aprovado em 2017 o concurso para CMPVE, iniciando-se os procedimentos concursais na mesma altura. Para a categoria de encarregados (EGO e EG) está previsto também em Junho concurso interno que procure colmatar as carências há muito conhecidas.

Discutido e assumido igualmente a necessidade de formar um grupo de trabalho conjunto – STML e CML – que acompanhe a elaboração e as alterações necessárias aos circuitos, indo de encontro ao reivindicado pelo Sindicato há vários anos.

Sobre a empresa contratada para a lavagem de ecopontos subterrâneos e contentores de 1.100 Lt., referiu a CML a constituição faseada de equipas internas que comecem a realizar este

trabalho, alinhavando a médio prazo o fim desta prestação de serviços e devolvendo à capacidade própria da autarquia estes trabalhos. Objectivo que só será total e definitivamente alcançado, quando estiverem ao serviço os trabalhadores contratados pelos concursos referidos.

Referem igualmente a recepção, para breve, de mais 10 viaturas multifuncionais, equacionando-se a aquisição (votação a 24 de Maio em reunião de câmara) de mais 30, que chegarão no espaço de um ano e meio. Até meio do mandato (2019), terão cerca de 70% da frota de remoção substituída. Até agora já circulam 53 novas viaturas.

O STML lembrou ainda, a importância em agendar uma visita de avaliação à obra do “mega posto dos Olivais, objectivando salvaguardar eventuais incongruências face ao que se pretende construir.

Por último, foi reafirmado a vontade em solucionar o problema das folgas acumuladas dos trabalhadores que transitaram da CML para as Juntas de Freguesia, equacionando-se, através dos processos de delegação de competências, transferir as verbas necessárias à devida regularização. Ficou o STML de enviar a discriminação das Juntas onde este problema existe.



Trabalhadores da carreira de informática concentram-se na Praça do Município

Realizou-se a 4 de Abril na Praça do Município, um plenário de trabalhadores das carreiras de informática da CML. O objectivo desta acção passou pela entrega de um requerimento subscrito por uma centena destes profissionais, onde se exige a abertura de concursos de promoção.

Esta iniciativa reivindicativa foi decidida num encontro dias antes, realizado no Edifício Municipal do Campo Grande, com uma forte participação dos trabalhadores deste sector, onde também foi discutida a situação das carreiras de informática.

A Lei 114/2017, Orçamento do Estado/2018, vem permitir a promoção, mudança de nível e progressão nas carreiras especiais não revistas, onde se integram as carreiras de informática.

Conforme está previsto no Decreto-lei nº 97/2001, nestas carreiras compostas por Especialistas e Técnicos de informática, existe a progressão horizontal – mudança de escalão, e a progressão vertical – subida de nível, através de procedimento interno de selecção e a subida de Grau, através de concursos com prestação de provas. É a abertura destes procedimentos que estes trabalhadores pretendem.

Na sequência do plenário realizado nos Paços do Concelho, uma delegação composta por dirigentes do STML e outros trabalhadores deste sector, foram recebidos pela Chefe de Gabinete do Presidente da CML, a quem entregaram o referido requerimento. Tiveram também oportunidade de manifestarem algumas preocupações relativas à sua actividade. Aguarda-se agora que a CML/DMRH proceda de acordo com as expectativas, mais do que justas destes trabalhadores.

STML intervém nas Juntas de Freguesia

Continuamos a realizar reuniões com os Executivos de diversas Juntas de Freguesia, na maioria dos casos de continuidade (Ajuda, Avenidas Novas, Carnide, Misericórdia, St^a. Maria Maior e St. António), noutros (Areeiro, Benfica e São Domingos de Benfica) pela primeira vez desde as eleições de Outubro de 2017. Continua a subsistir um reduzido grupo (Alcântara, Arroios, Belém, Santa Clara e São Vicente) que, por motivos que escapam ao STML, ainda não agendaram as reuniões solicitadas.

Vários assuntos têm sido debatidos, como a regularização dos vínculos precários (PREVPAP), além das matérias inscritas nos Cadernos Reivindicativos. Em relação ao PREVPAP, mais de metade das Juntas, já publicaram na Bolsa de Emprego Público (BEP) a abertura dos respectivos concursos limitados. Muitas outras, preparam-se para a sua publicação. Apesar de positivo, o PREVPAP tem tido uma aplicação controversa, continuando a chegar-nos testemunhos de trabalhadores que cumprem os requisitos e estão a ser excluídos sem razão visível. Por esse motivo, o Gabinete Jurídico do STML está disponível para todos os interessados.

Sobre o descongelamento das progressões, a maioria das Juntas já procedeu à actualização dos salários, com a respectiva comunicação dos pontos acumulados (SIADAP). Referir que nos casos em que se registam atrasos na actualização salarial, a mesma terá sempre retroactivos a 1 de Janeiro de 2018, com reflexos também no trabalho extraordinário e outros suplementos.

Continuam a verificar-se os problemas de saúde e segurança nos postos de limpeza, há muito identificados em várias freguesias. Tem-nos sido comunicado tanto pela CML como pelas JF de Alcântara, Misericórdia, St^a. Maria Maior e St^o. António, a construção de novos equipamentos. O STML tem frisado que enquanto tal não suceder, é imperioso procederem às obras de manutenção necessárias.

Temos continuado a reivindicar junto dos Executivos a aquisição de fardamentos e EPI's em quantidade suficiente, assim como a distribuição de forma adequada. Outra matéria em que se verifica a falta de investimento, em alguns casos, é na aquisição de máquinas e viaturas para a apoio à actividade da Higiene Urbana.

Às Juntas que ainda não o fazem, temos colocado com insistência a necessidade de procederem ao pagamento do trabalho extraordinário aos acidentados durante a baixa médica, o pagamento do suplemento de insalubridade a todos os assistentes operacionais (que não transitaram da CML), assim como o pagamento dos suplementos durante o período de férias.

Iniciaremos em breve a renegociação dos ACEP's melhorando os direitos dos trabalhadores, como a atribuição de mais dias de férias. Em Alcântara, Belém e Santa Clara insistiremos na sua celebração, salientando a proposta da Junta do Areeiro, estando o Sindicato a trabalhar na contraposta.



25 de Abril, 1º de Maio: STML presente!

“Abril de novo, com a força do Povo!”

Para assinalar os 44 anos da Revolução de Abril, milhares de pessoas participaram no desfile e desceram a Avenida da Liberdade, sob o lema “Abril de novo, com a força do Povo”.

A CGTP-IN e o seu movimento sindical unitário participaram massivamente, de norte a sul do país e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, nas várias iniciativas populares, juntando as suas vozes às palavras de ordem “Fascismo nunca mais, 25 de Abril, sempre!” e “Abril está na rua, a luta continua”.

Passados 44 anos é impreterível defender e afirmar as conquistas da Revolução de Abril de 1974. Não podemos consentir as más políticas públicas levadas a cabo por sucessivos Governos da tríade PS/PSD/CDS-PP, que têm tido uma ascendência negativa nos direitos económicos, sociais e culturais dos portugueses.

A austeridade mantém-se, a precariedade, os baixos salários e horários desmesurados continuam a esmagar a vida de quem trabalha. Só com a força dos trabalhadores e do povo português, como há 44 anos, conseguiremos restituir o que nos tem sido sucessivamente saqueado.

O Dia Internacional do Trabalhador foi dos mais participados nos últimos anos!

O Dia do Trabalhador contou com a presença milhares de portugueses que participaram na marcha entre o Martim Moniz e a Fonte Luminosa da Alameda. O secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, tendo em conta a adesão às manifestações e festividades da Intersindical em 40 localidades do País, considerou que “este foi o maior 1.º de Maio dos últimos anos”.

Passados 130 anos sobre os acontecimentos que marcaram o 1.º de Maio de 1868, o sindicalista alertou para a necessidade de “intensificar a acção e a luta em todos os locais de trabalho e fazer de Maio um mês quente de luta intensiva”.

Arménio Carlos exortou ao reforço da luta pelo aumento dos salários no sector público e privado; pela fixação do salário mínimo nos 650 euros em 2019; pelo direito à contratação colectiva; e pelas 35 horas semanais para todos. O combate à precariedade; um serviço público de qualidade; a reposição do vínculo por nomeação à Administração Pública; e a valorização das carreiras contributivas, com reposição dos 65 anos de idade e os 40 anos de descontos sem penalizações para a reforma, completam o rol de reivindicações. Foi ainda apresentada a resolução “Lutar por Melhores Condições de Vida e de Trabalho – Valorizar os Trabalhadores”, documento que exige a ruptura com a política de direita e a valorização do trabalho e dos trabalhadores para um Portugal com futuro.

A CGTP-IN anunciou uma grande manifestação nacional para o dia 9 de Junho, procurando pressionar o Governo a assumir a valorização salarial como uma matéria inadiável.



Frente Comum reúne com o Governo

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) reuniu com o Governo, representado pela Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) a 4 de Abril e a 3 de Maio.

Na primeira reunião foram abordados o projecto de Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) e a revisão das carreiras especiais. No âmbito do DLEO, no que diz respeito ao congelamento salarial no Sector Empresarial do Estado sem instrumento de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT) foram solicitados contributos à FCSAP até ao dia 11 de Abril. A FCSAP reiterou que onde não há IRCT, não há carreiras, não há mecanismos de avaliação e não há actualizações salariais e, como tal, a presente proposta não terá qualquer efeito. Exigiu também a equiparação dos trabalhadores com contrato individual de trabalho aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

No projecto de DLEO estão previstas normas de alteração das Juntas Médicas da ADSE, permitindo ao trabalhador a indicação de um médico da sua escolha. A FCSAP referiu que a ADSE é totalmente financiada com os descontos dos trabalhadores, não fazendo sentido que este instituto suporte o custo das Juntas Médicas. A FCSAP já entregou um parecer sobre o regime dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, exigindo a sua revisão global. Relembrou também a exigência da regularização da situação dos sinistrados e dos portadores de doenças profissionais quanto ao pagamento das indemnizações.

Quanto às carreiras não revistas transversais, a SEAEP informou que a carreira informática será revista, estando os estudos a cargo da AMA, ESPAP e INA. Quanto às carreiras de fiscalização, a proposta do Governo é a de integração destes trabalhadores nas carreiras gerais de Assistente Técnico e Operacional.

A FCSAP afirmou que é necessário desagregar carreiras das carreiras gerais e não o contrário. As carreiras de fiscalização têm conteúdos específicos e concretos, não devendo portanto serem alienadas.

A 3 de Maio prosseguiu a discussão sobre a revisão das carreiras especiais e foi retomado o tema da saúde e segurança no trabalho. A SEAEP informou ainda que traria brevemente uma proposta sobre a revisão da carreira de informática.

Quanto às carreiras de fiscalização, com maior preponderância na Administração Local, o Governo pretende aprofundar o sentido da pronúncia da FCSAP, ou seja, no sentido da sua manutenção como 'especiais'. Se em relação à carreira de fiscal municipal, não existem dúvidas que se deve situar em grau de complexidade II, a SEAEP solicitou esclarecimentos sobre os restantes fiscais (carreira de grau de complexidade I). A SEAEP comprometeu-se a apresentar uma proposta de revisão destas carreiras.

Sobre a matéria de Segurança e Saúde, a SEAEP entende que o quadro legal é manifestamente insuficiente. Observam-se lacunas sérias de informação e formação básica e não existe qualquer identificação global das necessidades e meios de segurança e saúde na Administração Pública. A alteração à LTFP nesta matéria está, por estes motivos, em curso.

A FCSAP voltou a colocar a questão das indemnizações e pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais, informando a SEAEP que se trata de um assunto neste momento em análise com o Ministério do Trabalho.



Trabalhadores de norte a sul do país convergem para Lisboa a 9 de Junho!

No fim da grande manifestação que marcou as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador do 1º de Maio, a CGTP-IN, através do seu Secretário-Geral, anunciou a convocação de uma jornada de luta nacional a realizar em Lisboa no dia 9 de Junho (sábado), com concentração no Campo Pequeno e desfile até ao Marquês de Pombal.

As razões que justamente motivam esta luta envolvendo os trabalhadores dos sectores público e privado, de norte a sul do país são conhecidas por todos. Não será, contudo, displicente relembrar algumas, não vá a memória entrar de férias antes de tempo.

No campo dos salários, não desvalorizando uma relativa e muito tímida recuperação do poder de compra, a verdade é que em relação aos trabalhadores da administração pública parece um assunto tabu para este Governo, à semelhança da prática assumida por anteriores Governos. Inverter este 'estado de coisas' é uma prioridade da qual não podemos virar costas. A um ano das eleições legislativas é fundamental afirmar inequivocamente que não aceitamos o cenário de pretensas inevitabilidades que nos negam o que é um direito essencial, isto é, um SALÁRIO DIGNO!

Os desvarios que corrompem a nossa sociedade, tais como as parcerias público-privadas, os juros de uma dívida que urge renegociar, o 'salvamento' dos prejuízos dos bancos privados à custa do erário público, os sucessivos casos de corrupção que minam a confiança e a sustentabilidade do Estado português, só são possíveis com a complacência activa do poder político submetido aos interesses económicos instalados. Para estes "interesses" não faltam, quando e como querem, verbas e financiamento adequado na ordem dos milhares de milhões de euros. Para aumentar salários, dignificar carreiras, investir e melhorar

condições de trabalho, a resposta tem sido outra, por todos infelizmente bem conhecida.

Dia 9 de Junho, será um dia de luta para todos os trabalhadores! Em especial para os da administração pública e nesta realidade, os da administração e sector empresarial local que o STML representa no universo do município de Lisboa. Para os trabalhadores da Câmara e Empresas municipais e juntas de freguesia, não devem restar dúvidas sobre a importância de estar na rua, materializar o nosso descontentamento e, acima de tudo, fazer ouvir as nossas reivindicações. Exigimos a valorização do salário, a reposição dos direitos usurpados nos últimos anos, a revogação de todas as normas que nos empobrecem e desesperam diariamente.

Calar o nosso protesto, será legitimar as opções que nos sacrificam há demasiado tempo. Unir vontades, mobilizar esforços, apontar e percorrer o mesmo caminho, só assim será possível libertar a vida de cada um e a vida de todos do 'colete-de-forças' que sucessivos Governos nos impõem, ora à conta do equilíbrio das contas públicas, dos défices excessivos, das injeções de capital face a roubos descarados de quem nunca trabalhou, das imposições externas ao serviço dos interesses de potências como a Alemanha, em suma, sempre desprezando os interesses dos trabalhadores, do povo português e do próprio país.

Dia 9 de Junho, às 15h00 junto ao Campo Pequeno! Silenciados não seremos, calados não ficamos, resignados não avançamos. A luta é para e de todos, e só com todos será consequente!



44º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL COM A INTER-REFORMADOS DE LISBOA

A 21 de Abril participámos nesta jornada comemorativa, promovida pela IR Lisboa, em Montemor-o-Novo.

À chegada ao Cineteatro Curvo Semedo fomos brindados com a actuação do grupo coral feminino “Ecos do Monte”. Seguiu-se um debate sobre o tema “Reforma agrária – um sonho adiado” com sentidas intervenções dos reformados presentes. A mesa, para além do coordenador da IR Lisboa, contou com a presença do vice-presidente da Câmara Municipal de Montemor, de representantes do MURPI e da União dos Sindicatos de Lisboa.

O debate encerrou com uma homenagem a uma convidada muito especial: Celeste Caeiro – a trabalhadora que deu origem a que o 25 de Abril de 1974 ficasse conhecido como a “Revolução dos Cravos”.

Após um lauto almoço alentejano, visitámos o Castelo, a Ermida de Nossa Senhora da Visitação, o antigo Paço dos Alcaides e outros locais de interesse deste bonito concelho do distrito de Évora, terminando com uma visita ao moderno Arquivo Municipal.

25 de Abril, Sempre!

Nesta comemoração do 25 de Abril, os reformados não poderiam deixar de se afirmar com uma presença expressiva. Porque sem Abril não haveria liberdade, democracia, transformação social a caminho de um país mais justo, desfilámos na Avenida da Liberdade lado a lado com as jovens gerações que não tendo conhecido o fascismo, partilham uma memória colectiva de repulsa pela ditadura obscurantista sofrida por pais e avós.

Sem Abril não haveria sindicatos livres, não haveria a possibilidade de os trabalhadores se organizarem para a conquista e defesa dos seus direitos. Por isso festejámos também, no nosso Sindicato, os seus 41 anos de vida e de luta.

Mas não esquecemos a exigência de uma nova política que, respeitando os valores de Abril e os avanços civilizacionais alcançados, recoloca no centro das suas preocupações, os direitos de quem trabalha e de quem trabalhou.

1º de Maio da CGTP/IN – Dia Internacional do Trabalhador

Junto com os trabalhadores no activo do nosso Sindicato, desfilámos desde o Martim Moniz até à Alameda neste dia de evocação, de festa e de luta. Passados 132 anos sobre os massacres de Chicago, que estiveram na origem do 1º de Maio, celebrando o que já foi conseguido e exigindo o muito que falta garantir:

Direito à reforma antecipada voluntária, sem penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade; Reposição da idade legal de reforma aos 65 anos; Investimento no Serviço Nacional de Saúde, dotando-o dos meios adequados a um serviço de qualidade; fim das taxas moderadoras; Diminuição das despesas com medicamentos e dispositivos médicos; Serviços públicos de proximidade; Reforço da fiscalização às instituições de apoio às pessoas idosas e dependentes.

Por tudo isto, a luta que encontrou nesta grande manifestação um vigoroso impulso, terá de prosseguir.

E é já em **9 de Junho** que nos iremos reencontrar, numa **Grande Manifestação Nacional, do Campo Pequeno ao Marquês de Pombal**, exigindo a implementação de uma nova política que abra as portas a melhores condições de vida e de trabalho.

ESPAÇO DOS JOVENS

Nos últimos anos mais de 80% dos novos contratos celebrados são precários. Não faltam jovens trabalhadores com vínculos precários em todos os sectores da administração pública, tanto na CML como nas Juntas de Freguesia. Instabilidade e insegurança no trabalho e na vida, rotação laboral, sem saber se amanhã continua com trabalho ou alternando com períodos mais ou menos longos de desemprego.

Os salários em Portugal continuam dos mais baixos da União Europeia e os jovens trabalhadores com vínculos precários ganham cerca de 30% menos em relação aos trabalhadores com vínculos efectivos e que estão ao seu lado a desempenharem as mesmas funções, respondendo às mesmas chefias, procurando atingir os mesmos objectivos. Como é possível um jovem trabalhador constituir família e construir o seu futuro sem ter estabilidade no vínculo e sem ter um salário que lhe permita fazer face às despesas correntes?!

Por isso podemos dizer que não podemos baixar os braços na luta por um contrato de trabalho estável, mas também de um salário digno que seja capaz de fazer face a todos os imprevistos na vida de um jovem trabalhador. Exigimos e temos direito a uma vida de qualidade! Para isso acontecer não podemos voltar as costas no combate à precariedade! Porque esse não é o caminho para alicerçar uma sociedade justa. Reafirmamos o lema que nos acompanha há uns meses:

NÃO HÁ VOLTA A DAR A PRECARIIDADE TEM QUE ACABAR.

Dia 9 de Junho saímos à rua, com concentração às 15h00 no Campo Pequeno. Mexe essas pernas que a vida não espera por ti!

PROSTITUIÇÃO não é “trabalho”, é EXPLORAÇÃO!

Por iniciativa do Vereador do Bloco de Esquerda da CML, realizou-se no passado dia 9 de Abril a “1ª Reunião da Plataforma Local na área do Trabalho Sexual”.

Fazendo parte do actual Executivo, o BE parece querer impor a sua concepção da vida e do trabalho numa área, a prostituição, que muita celeuma tem levantado nos últimos anos. A prostituição **não é** nem pode ser considerada “trabalho”, **mas sim uma forma de exploração do corpo humano, principalmente feminino**, mas não só, que atenta contra todas as convenções firmadas até hoje sobre os direitos humanos fundamentais.

A Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN há muito que se pronuncia contra a “profissionalização” da prostituição e a utilização da expressão “trabalhadoras do sexo”. A prostituição não é, nem pode ser, considerada como trabalho e, muito menos, “trabalho digno”.

O que está em causa é a concepção capitalista e neoliberal da mercantilização do corpo, nomeadamente feminino, tendo como questão de fundo, os interesses económicos ligados ao que designam por “indústria do sexo”, que movimenta negócios e lucros fabulosos, à custa da exploração ignóbil das mulheres e jovens. Uma realidade que ganha contornos ainda mais grotescos quando as condições socioeconómicas se degradam.

O uso desta “expressão” pelo Vereador do BE integra, não de forma ingénua, o debate mais alargado sobre a “legalização da prostituição” em Portugal. Interessa, contudo, lembrar que prostituição não é ilegal no nosso país, nem ninguém pode ser objecto de perseguição legal por prostituição. O que algumas pessoas querem, de facto, é a legalização do lenocínio/proxenetismo, induzindo em erro as pessoas menos informadas. Assistiríamos na prática à descriminalização da actividade dos proxenetes, que passariam a “empresários do sexo”, e à facilitação do branqueamento de capitais.

São as mesmas pessoas, organizadas muitas vezes em “partidos de esquerda” ou movimentos ditos “progressistas”, associados ou não ao “meio académico”, que ignoram as consequências profusamente estudadas nos países onde esta “legalização” foi adoptada, como na Holanda (em 2000) e na Alemanha (em 2002). No país de Merkel, apenas 1% das mulheres prostituídas fez a inscrição na Segurança Social (na Holanda não chegou aos 5%) enquanto “trabalhadoras individuais do sexo”, reconhecendo o Governo alemão não ter atingido os objectivos que se propunha com esta “legalização”.

Acresce que durante 12 anos (2002 a 2014), apenas 44 mulheres o fizeram, alegando a sua imensa maioria que, para além de assumirem a prostituição como uma actividade tão temporária quanto possível, não desejam incluí-la no rol de experiência “profissional” adquirida.

Paralelamente, o tráfico de mulheres para estes dois países aumentou, provenientes principalmente de África, do Leste da Europa e da Ásia, desconstruindo as tão famigeradas teses que apontam a defesa dos “direitos das mulheres prostitutas”. Um prolema que ganhou contornos obtusos com a *crise dos refugiados*, manancial inaceitável de carne humana de todas as idades à disposição dos traficantes da “mercadoria” indispensável à já referida “indústria do sexo”.

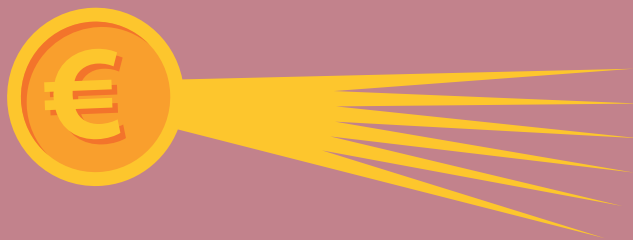
Sabe-se que a prostituição está intimamente imbrincada no tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, diríamos metaforicamente que são inclusive “duas faces da mesma moeda”. As mulheres e crianças são 95% do total de pessoas traficadas para fins de prostituição, sendo a forma mais comum de tráfico de seres humanos a exploração sexual (67%), seguida da exploração laboral (21%). Podemos ler na resolução do Parlamento Europeu (de 12.05.2016) sobre a implementação da Directiva 2011/36/UE, que este fenómeno “diminuiu nos países que criminalizaram a procura, mormente o proxenetismo e a compra de serviços sexuais”, contrariando assim a caminho que em Portugal se procura trilhar, sem olhar a meios acrescente-se.

Nas palavras de Kajsa Ekis Ekman (activista e jornalista sueca) a «prostituição não é um “trabalho” como qualquer outro. Para mulheres e meninas na prostituição, a taxa de mortalidade é 40 vezes maior do que a média. Segundo um estudo liderado por Melissa Farley, realizado a 800 prostitutas de nove países, 71% já tinham sofrido assaltos físicos, 63% haviam tido coito forçado ou violação, e 89% disseram que queriam sair da prostituição. Que outra profissão pode ser comparada a isto?».

O que se exige antes de tudo é a assumpção de políticas que combatam a prostituição nas suas causas, na penalização do crime e no apoio e protecção às vítimas. Medidas que promovam efectivamente a autonomia e emancipação das mulheres, desde logo o acesso ao trabalho com direitos e a salário igual, o acesso imediato das pessoas prostituídas a apoios que lhes permitam a reinserção social, profissional e o acolhimento dos filhos, abrigo, protecção e assistência psicológica, médica, social e jurídica.

Para os falsos moralistas que hoje apregoam a defesa da legalização da prostituição, comparando-o com “trabalho” ou afirmando a sua preocupação pelas “condições de trabalho das mulheres prostitutas”, interessaria saber, enquanto pais e mães, se se importariam ou não de verem as suas filhas serem penetradas dezenas de vezes ao dia, espancadas e torturadas, sujeitas aos desvios dos seus “clientes” que podem passar pela violação colectiva, inserção dos mais variados objectos nas suas intimidades...já agora, saber em que Universidade pensariam colocar as suas filhas, e filhos, que lhes permitissem seguir esta “profissão”...

Senhor Vereador Ricardo Robles, a prostituição não é trabalho, é exploração!



Encontros Temáticos sobre a Avaliação de Desempenho na Administração Pública

O STML tem promovido nos últimos meses várias reuniões sobre a avaliação de desempenho na administração pública, actualmente consubstanciado pelo SIADAP.

Sessões de esclarecimento que procuram dar a conhecer as regras de um sistema que, sendo injusto, impraticável e castrador, dificilmente o conseguimos revogar se não o compreendermos e dominar. Uma lógica assente na máxima que não é possível transformar uma realidade que não conhecemos!

Após vários anos de política austeritária, assistimos finalmente, ao descongelamento das progressões na carreira, assunto relacionado com os pontos atribuídos pelo famigerado SIADAP.

Motivo que seguramente contribuiu para o despertar empenhado de muitos trabalhadores face a um sistema de avaliação que não serve os seus interesses, como agora é bem visível, além de influir negativamente na qualidade dos serviços públicos que devemos prestar nas mais variadas áreas de intervenção.

Foi neste contexto que o STML promoveu encontros temáticos no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, Edifício Municipal do Campo Grande, no Palácio do Machadinho, no Edifício dos SSCML com os trabalhadores do DSHS, no Edifício do Entrepasto, no Complexo Municipal dos Olivais 2, nos Paços do Concelho com os trabalhadores da UIT (R. Ouro), DOEP, DMC (R. Nova de Almada), SG (R. Arsenal) e DAI (R. Comércio), no Arquivo Municipal de Lisboa, no Complexo das Oliveiras e no Edifício da Bela Flôr.

Considerando o balanço positivo do até agora realizado, planeámos para o resto do mês de Maio e inícios de Junho novos 'encontros' em outros tantos locais de trabalho, decisão que esperamos reproduzir até ao fim do ano no universo mais alargado do município de Lisboa.

Os próximos encontros estão agendados da seguinte forma:

DATA	HORA	LOCAL
Quarta-feira, 23 de Maio	10h00-12h00	UIT Norte
Quarta-feira, 23 de Maio	14h30-16h30	UIT Oriental
Terça-feira, 29 de Maio	14h00-16h00	Edifício do Campo Grande (Debate sobre o SIADAP e a habitabilidade do Edifício)
Quarta-feira, 6 de Junho	10h00-12h00	Palácio do Machadinho
Quarta-feira, 6 de Junho	14h30-16h30	UIT Ocidental
Quinta-feira, 7 de Junho	14h00-16h00	Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)



A SUSTENTABILIDADE DA ADSE

No passado dia 16 de Abril decorreu na sede do STML um debate sobre a ADSE, com a presença de Eugénio Rosa. Iniciativa que contou com a assistência de muitos dirigentes e delegados sindicais. O economista e membro do conselho de supervisão da ADSE, designado pelos sindicatos da Função Pública (FCSAP) deu a conhecer e debateu as questões da ADSE, com o objectivo de sensibilizar para a temática da sua sustentabilidade.

A ADSE é um instituto público de regime especial e de gestão participada, integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, *financiado unicamente pelos seus beneficiários*. Tem por missão assegurar a protecção aos seus beneficiários nos domínios da promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento e reabilitação. As modificações no modelo de financiamento da ADSE resultaram, nos últimos anos, na criação de excedentes financeiros. Eugénio Rosa alertou para os riscos que colocam em causa a sua sustentabilidade futura, nomeadamente:

- Os interesses dos grandes grupos privados de saúde, que se têm aproveitado do descontrolo até aqui verificado;
- Os excedentes financeiros que se tornam muito apetecíveis para outros fins que não os interesses dos beneficiários;
- A campanha mediática em curso para virar a opinião pública e os beneficiários contra a ADSE e os seus órgãos sociais.

Um outro problema é o facto de as despesas com a saúde serem superiores às receitas. A ADSE acumulou, nos últimos anos, excedentes que constituem uma reserva superior a 300 milhões de euros, que eventualmente poderão ser utilizados para suportar os prejuízos previstos a curto prazo, previsivelmente apenas até 2022. Seguir-se-ia a tomada de eventuais medidas que passariam por aumentar os descontos aos trabalhadores e aposentados ou cortar nos benefícios.

Referiu-se ainda que o acréscimo das despesas se deve sobretudo aos preços excessivos e consumos desnecessários que são facturados pelos grandes grupos privados de saúde, que facturaram à ADSE mais de 250 milhões de euros/ano, e servem-se do seu poder para minar a opinião pública contra a ADSE e condicionar o Governo. Exemplo evidente é a campanha desmesurada contra a nova tabela de preços.

Para dar uma ideia concreta, Eugénio Rosa apresenta alguns exemplos reais:

Produto/Serviço	Prestador 1	Prestador 2	Prestador 3
Lente intraoperatória	116,6€	356,16€ (+213,7%)	1.004,3€ (+784,6%)
1 Comprimido de Abiraterona 250mg	21,85€	45,25€ (+48,8%)	54,56€ (+149,7%)
Consumíveis para artroplastia de joelho com aplicação de endoprótese	884,86€	1.006€ (+10%)	2.388€ (+169,9%)

O que se deve pedir aos beneficiários para garantir a sustentabilidade da ADSE?

- Controle a factura antes de a assinar, verificando se corresponde ao serviço prestado e aos consumíveis utilizados;
- Não solicitar a prescrição de exames, análises, ou medicamentos desnecessários;
- Comunicar à ADSE todas as situações que não respeitem os seus direitos.



MUNDO CÃO

PALESTINA A Grande Marcha do Retorno, tem decorrido todas as sextas-feiras de 30 de Março a 15 de Maio, assinalando os 70 anos do Dia da Catástrofe – Nakba, em árabe. Os protestos pacíficos, têm como objectivo lutar contra a violenta ocupação de Israel. Começaram no Dia da Palestina quando mais de 700 mil palestinianos foram expulsos das suas casas, do seu país. Como seria de esperar, Israel agiu uma vez mais com a força das armas. Segundo comunicado do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), o exército israelita atacou até à data cerca de 5.000 palestinianos, e mais de 1.700 foram baleados. Foram divulgados vídeos de soldados israelitas a discutir a melhor forma de atacar os manifestantes desarmados. Além da morte de um jornalista palestiniano de 24 anos, há a assinalar, segundo declarou Geert Cappellare, director da UNICEF, o assassinato de cinco crianças e ferimento de outras centenas. O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPPC), o MPPM, o MDM e a CGTP-IN, em conjunto com outras organizações têm levado a cabo várias iniciativas de apoio ao Povo Palestino.

SÍRIA Israel continua a bombardear o território sírio com o aval dos EUA e da UE. Na madrugada de 10 de Maio, o Ministério Russo assinalou o ataque de 28 caças israelitas F-15 e F-16, além de 60 mísseis ar-terra e 10 mísseis terra-terra em território sírio, onde se localizavam postos de defesa do Exército sírio e unidades militares iranianas. Mais de metade foram abatidos pelos sistemas de defesa anti-aéreo sírio. Washington, Telavive e Riade têm levado a cabo uma campanha contra o Irão, baseado no falso pressuposto de que este país estaria a violar o acordo nuclear assinado em Julho de 2015, entretanto denunciado pelo presidente norte-americano. Salienta-se que a investigação internacional não encontrou provas do alegado ataque químico em Douma, pretexto para os ataques por parte do EUA, da França e do Reino Unido. A 23 de Abril, a CGTP-IN e o CPPC organizaram uma iniciativa no Auditório da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça: “Pela Paz na Síria e no Médio Oriente – Contra a agressão dos EUA, Reino Unido, França e seus aliados”.

BRASIL As celebrações do 1º de Maio em Curitiba, capital do Paraná, tiveram a participação de milhares de manifestantes que exigiram a libertação do ex-presidente Lula da Silva. A manifestação foi promovida pelas sete principais centrais sindicais do Brasil, com o apoio de vários movimentos populares. Por todo o país as reivindicações centraram-se na defesa dos direitos dos trabalhadores que têm sido sucessivamente atacados pelo Governo de Michel Temer, também na denúncia da perseguição a Lula da Silva que culminou na sua prisão a 7 de Abril. Vários activistas afirmaram que o Brasil vive um momento de violência fascista, salientando o assassinato da deputada Marielle, entre outros actos de violência e prepotência contra o povo brasileiro. Os protestos ocorreram em vários estados: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém do Pará, Salvador, São Luís do Maranhão, Porto Alegre, Recife e Fortaleza.



A “folga orçamental” para aumentar salários pode (não) chegar em 2019

Já se sabe que Mário Centeno não pretende aumentar salários na Administração Pública (AP) nesta legislatura. Pelo menos foi isso que o ministro das finanças deixou claro em reunião de concertação social realizada no início de abril. Porém, dias depois, António Costa não foi assim tão taxativo. Afinal, daqui a menos de ano e meio é tempo de ir a votos.

Primeiro tentaram confundir descongelamento de carreiras com aumento de salários, numa tentativa de manipular os trabalhadores. Depois, vendo gorada tão falaciosa argumentação, foram frisando o esforço que o Governo fazia em proceder ao descongelamento das carreiras, apesar de não ser para todos e na maior parte dos casos implicar valores ridículos que, como se não bastasse, serão pagos em suaves tranches de 25% a cada metade do ano, até 2019. Ainda mais quando tamanho “esforço” coexiste com injeções brutais de muitos milhões de euros na banca!

Recusando determinantemente discutir com as estruturas representantes dos trabalhadores os aumentos de salário na AP, Costa e Centeno foram empurrando com a barriga a questão, deixando cair, nomeadamente, a proposta da Frente Comum da CGTP-IN para a urgência e a necessidade de aumentos ainda em 2018. Sob pressão do tema, a reunião de 6 de Abril da concertação social mostrou, como referiu Arménio Carlos, um “Governo obcecado pelos números e a perder sensibilidade social”, colocando “os trabalhadores em segundo plano enquanto trata os credores [de dívida pública] nas palminhas.”

Em causa, a posição de Mário Centeno a anunciar que, devido ao Programa de Estabilidade, não há folga orçamental para o

aumento dos salários nem em 2018, nem mesmo em 2019. Segundo veicularam fontes governamentais à comunicação social, o descongelamento das carreiras deixou o Governo sem margem orçamental que permita aumentos salariais aos funcionários públicos em 2019. E avançaram com números, aliás, pouco fidedignos: “como as progressões na carreira têm um custo de 248 milhões de euros por ano, uma actualização dos ordenados com base na taxa de inflação faria disparar o crescimento das despesas com pessoal em 479 milhões de euros.”

Perante a irredutibilidade do ministro das finanças, António Costa viria, dias depois, a contradizer subtilmente o seu ministro. Segundo Costa, seria “extemporâneo colocar agora a questão sobre aumentos da função pública em 2019”, para logo a seguir voltar ao “esforço do descongelamento de carreiras” que, segundo disse, será “uma política a continuar no próximo ano”. Ou seja, não se compromete com a posição de Centeno, nem com nenhuma outra e dispara, uma vez mais, com o “descongelamento” que, como temos denunciado, não é o “aumento” que há quase uma década é devido aos trabalhadores da AP.

Perante, por um lado, a recusa taxativa de Centeno, por outro, a “extemporaneidade” alegada por Costa, os aumentos de salários na AP tornam-se cada vez mais o tema tabu deste Governo PS. Algo que é, do ponto de vista dos trabalhadores e em nome da reposição da justiça, inaceitável. Os aumentos de salário são uma questão de pertinência maior e é lamentável que o Governo trate o tema com tão pouca seriedade. A lembrar os Gaspares de má-memória, está Centeno e a sua obsessão com o défice das contas públicas. Quanto a Costa, sem ser taxativo, vai pensando como fugir a um compromisso, pesando talvez no ciclo eleitoral que começa em 2019.